

**QUANDO O CAPITAL ABRAÇA O FEMINISMO:
FEMONACIONALISMO E FEMOCOLONIALISMO EM DEBATE**

**WHEN CAPITAL EMBRACES FEMINISM:
FEMONATIONALISM AND FEMOCOLONIALISM IN DEBATE**

Annabelle Bonnet¹

RESUMO

O presente artigo parte da necessidade de avaliar as vitórias parciais dos movimentos feministas contemporâneos no âmbito da reestruturação planetária do capital, através do estudo das transformações das relações entre “capitalismo” e “feminismo” no último meio século. Ele se inscreve num eixo ainda pouco desenvolvido pelos atuais estudos de gênero, visando entender a reconfiguração do capitalismo contemporâneo no que diz respeito sua relação com as lutas pela igualdade de gênero e o avanço rumo à democracia sexual, isto é, sua capacidade inédita de instrumentalização, incorporação, absorção parcial do projeto feminista de emancipação redefinindo-o nos termos do mercado. Exploramos a recomposição dessa relação operada nos fenômenos de femonacionalismo e femocolonialismo, que vêm instrumentalizando certas conquistas e pautas feministas com finalidade de favorecer a expansão capitalista, reafirmar e legitimar processos de racialização e de neocolonialismo ao redor do mundo. Apontamentos, para finalizar, para a necessidade de refletir sobre a ideia de instrumentalização, indo além de um entendimento em termo de mera manipulação e considerando seus efeitos de neutralização sobre projetos feministas alternativos.

Palavras-chave: Femonacionalismo; Femocolonialismo; Capitalismo; Feminismo marxista; Feminismo hegemônico.

ABSTRACT

This article is based on the need to evaluate the partial victories of contemporary feminist movements in the context of the restructuring of capital at a global level, through a study of transformations in the relationship between "capitalism" and "feminism" over the last half century. It is part of an axis that has not yet been developed by current gender studies, aiming to understand the reconfiguration of contemporary capitalism in terms of its relationship with the struggles for gender equality and the advance towards sexual democracy, that is, its unprecedented capacity to instrumentalize, incorporate and partially absorb the feminist project of emancipation, redefining it in terms of market. We explore the recomposition of this relationship in the phenomena of femonationalism and femocolonialism, which have instrumentalized certain feminist achievements and agendas in order to favour capitalist expansion, reaffirm and legitimize processes of racialization and neocolonialism around the world. We points out to the need to reflect on the idea of

¹Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV) ; Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
annabelle.bonnet7@orange.fr ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4312-2310>

instrumentalization, going beyond an understanding in terms of merely manipulation and considering their neutralizing effects on alternative feminist projects.

Keywords: Femonacionalism; Femocolonialism. Capitalism, Marxist feminism; Hegemonic feminism.

“As vitórias das classes trabalhadoras em suas lutas parciais podem ser (e muitas vezes têm sido) as marcas de sua própria derrota geral”.

Victor Neves, Crise, economia e política no capitalismo contemporâneo, 2022.

INTRODUÇÃO - AVALIAR AS CONQUISTAS DE GÊNERO EM MEIO À NOVA OFENSIVA DO CAPITAL

Cerca de meio século se passou desde o (re)surgimento dos assim chamados “novos movimentos sociais”, marcados por uma profunda reconfiguração teórico-prática dos modos de promover a igualdade. As formas contemporâneas de conceber e lutar pela igualdade de gênero, dentre elas os feminismos, são parte integrante dessa reconfiguração. Mais precisamente, durante esse período, o princípio da igualdade de gênero se ergueu, nos países capitalistas centrais como periféricos, em um dos “emblemas da modernidade democrática” (FASSIN, 2012). As questões de gênero e sexualidade passaram a (re)compôr os projetos democráticos de modo que a “democracia sexual” (FASSIN, 2012), se tornou um eixo norteador da política ocidental, a tal ponto de constituir um verdadeiro divisor de águas nos posicionamentos políticos. A ampliação da categoria “mulher”, bem como a crítica à “heterossexualidade compulsória” (RICH, 2019), se inscrevem também nesse intenso processo de democratização sexual.

Ao mesmo tempo e de forma concomitante, essas mudanças profundas foram entrelaçadas à “segunda crise do capital” a escala mundial (NEVES, 2022), combinada como a “derrota histórica” das classes trabalhadoras (NEVES, 2019), posta com o fim da Guerra Fria. A reestruturação planetária do capital se manifestou pelo acirramento generalizado de todas as formas de desigualdades – trabalhistas, sociais, geográficas, raciais, de gênero –, pelo desmonte das políticas sociais, o desenvolvimento do microcrédito como forma de sobrevivência (KEATING, RASMUSSEN, RISHI, 2010), de novas expropriações de terra, da multiplicação de guerras e do esgotamento dos recursos naturais. Assistimos, ainda que de modo internacionalmente desigual, à deterioração drástica das condições de vida das mulheres em nível global (FEDERICI, 2020), enquanto as diversas formas de

violência de gênero vêm se agravando. As migrações em busca da sobrevivência, por sua vez, se multiplicaram, criando camadas de trabalhadores e trabalhadoras desprovidos dos direitos os mais básicos, os refugiados. O abandono de um projeto alternativo de sociedade, quanto a ele, redefiniu o horizonte da política ocidental, suplantou às alternativas sociais alternativas individuais e ajustou a concepção do Estado a esse novo quadro, declarando os antigos modelos de interpretação do mundo social ultrapassados (MARTINS, 2014).

O presente artigo tem como pano de fundo algumas interrogações consideradas indispensáveis à produção coletiva de um balanço sobre as lutas pela igualdade de gênero desse meio século, necessariamente postas de modo contraditório no contexto da nova ofensiva do capital. Entendemos que pelo menos três perguntas norteiam esse balanço. 1) Como os feminismos, na sua diversidade teórico-prática, se recompuseram e vêm sendo recompostos diante da reestruturação da economia política internacional em curso desde os anos 1970? 2) Como interpretar a existência de avanços que tiveram e têm como pano de fundo uma nova ofensiva do capital que promove a destruição de suas alternativas? 3) O que significa o surgimento e a consolidação, no meio desse século passado, de um “feminismo hegemônico” (EISENSTEIN, 2009), presente tanto no centro quanto na periferia, para a vida das mulheres e as práticas feministas?

A necessidade de avaliar as vitórias parciais dos movimentos feministas no âmbito da derrota generalizada das classes trabalhadoras se inscreve na continuidade de análises já existentes que se deram como tarefa proporcionar um balanço histórico ou “inventário crítico” sobre esse período em todos os domínios (IASI, NEVES, FIGUEREIDO, 2019). Este artigo foca principalmente na terceira interrogação acima colocada e explora o processo de consolidação de um “feminismo hegemônico” (EISENSTEIN, 2009), entendido como momento inédito na história dos feminismos durante o qual o *capital abraça o feminismo*. Essa expressão remete à reconfiguração do capitalismo contemporâneo no que diz respeito sua relação com as lutas pela igualdade de gênero e o avanço rumo à democracia sexual, isto é, sua capacidade inédita de incorporação, absorção parcial e ao mesmo tempo ressignificação do projeto feminista numa “emancipação nos termos do mercado” (FRASER, 2020). Ela se refere, ainda, ao processo de instrumentalização do projeto feminista por parte de um sistema que ironicamente se alimenta, produz e reproduz desigualdades de gênero a escala global. Trata-se, para resumir, de repensar as relações entre “feminismo” e “capitalismo” na época contemporânea.

Em um primeiro momento do artigo, localizamos as análises sobre a relação entre “feminismo” e “capitalismo” nos debates contemporâneos e identificamos o objeto como sendo um tema ainda pouco explorado pelos atuais estudos de gênero. Em um segundo momento, mobilizamos duas manifestações contemporâneas da recomposição dessa relação e da consolidação do “feminismo hegemônico”, que intelectuais vêm explorando sob as noções de “femonacionalismo” (FARRIS, 2016) e “femocolonialismo” (DORLIN, 2017). Retomamos esses termos para qualificar parte dessa reconfiguração do capitalismo contemporâneo na sua relação com o gênero, que vem instrumentalizando certas conquistas e pautas feministas com finalidade de favorecer a expansão capitalista, à qual se encontra intrinsecamente imbricada a novos processos de racialização e de neocolonialismo. Num terceiro momento, apontamentos para a necessidade de refletir sobre as possibilidades históricas que permitiram essa instrumentalização e seus efeitos de neutralização das resistências e de projetos feministas alternativos à sociedade vigente

UM OBJETO AINDA MARGINALIZADO: A CONSOLIDAÇÃO DE UM FEMINISMO HEGEMÔNICO

A assim chamada “quarta onda do feminismo” do século XXI encontra parte da sua renovação e força teórica na capacidade de focar nos aportes dos “feminismos subalternos” (BALLESTRIN, 2017). Um dos seus principais eixos reside de fato na crítica a uma narrativa do feminismo universalizante, entendida como desprovida de relações histórico-sociais concretas, abstrata e, portanto, parcialmente truncada. Os estudos feministas e de gênero do século XXI vêm colocando em evidência a diversidade silenciada dos movimentos e das teorias feministas ao redor do mundo, principalmente desenvolvidos nos países da periferia do capital e nas ex-colônias. Para escapar à abstração do termo, eles compartilham uma crítica ao feminismo “branco” e “eurocêntrico” e vêm enfatizando as disputas concretas de significado do termo “feminista”, procurando situar e qualifica-lo – como “decolonial”, “subalterno”, “negro”, “indígena”, “chicano”, “transfeminista”, “não branco”, “latino-americano”, entre outros. A necessidade de pensar as formas de opressões nas suas

dinâmicas interseccionais marca profundamente, quanto a ela, os estudos das últimas décadas, do mesmo modo que a negação da “democracia sexual” vem sendo estudada com relativa intensidade nos últimos anos, com finalidade de entender as conexões entre neoconservadorismo e “ideologia de gênero” (BUTLER, 2020) e discutir os desafios relacionados à justiça reprodutiva.

No entanto, poucas são ainda as pesquisas que se propõem em analisar um fenômeno contemporâneo inédito e em plena expansão, que atravessa de formas desiguais e diferentes tanto o “norte global” quanto o “sul global” e que a intelectual Nancy Fraser qualificou de “resultado surpreendente” (FRASER, 2020). De acordo com a autora, os estudos de gênero e movimentos feministas do século XXI se encontram, a nível internacional, diante de um novo desafio: “o nascimento de “um neoliberalismo “progressista”, que celebra a “diversidade”, a meritocracia e a “emancipação”, ao mesmo tempo que desmantela as proteções sociais e torna a expelir de si a reprodução social” (FRASER, 2020). Através dessa preocupação, a filósofa aponta para a necessidade de problematizar a relação contemporânea que se estabeleceu entre “feminismo” e “capitalismo”, caracterizada por uma porosidade ainda inusitada. Da mesma forma, ainda no início do século XXI, a pensadora Ester Eisenstein se interrogava, à contracorrente dos estudos da época: “O feminismo entrou numa relação perigosa com o capitalismo?” (EISENSTEIN, 2009, p. 488). A autora, inventora do qualificativo “feminismo hegemônico” apresentado na introdução desse artigo, identificava por essa expressão a consolidação de um feminismo reconhecido como o único legítimo a nível internacional, não somente por ele ser entendido como um feminismo próprio dos países do “Norte”, já que este tem aderência e vem sendo amplamente difundido também por atrizes e atores do assim chamado “Sul Global”, mas para qualificar também o reconhecimento e a legitimação de certas pautas selecionadas do feminismo por parte de agências do capitalismo internacional. A intelectual chamava de fato a atenção para a integração de certas pautas feministas no âmbito do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização

das Nações Unidas (ONU) e através de diversos programas iniciados nos anos 1980 a nível internacional. Essas agências passaram não somente a integrar nos seus programas a ideia de superação da desigualdade de gênero e do que eles entendem ser a liberação das mulheres, bem como se apresentam como as únicas instâncias legítimas e capazes de implementar essas políticas.

Se a questão do assim chamado “casamento infeliz” entre “marxismo” e “feminismo” preocupou por muito tempo os estudiosos de gênero (BONNET, 2016, 2020), ambas as autoras acima citadas apontam para a necessidade de focar num novo desafio para entender o que podemos chamar de “novo casamento feliz” entre “capitalismo” e “feminismo”. Além da preocupação dessas intelectuais, podemos acrescentar que, tanto as próprias contradições do sistema capitalista vivenciadas nas últimas décadas e reforçadas pela crise de 2008, quanto a promessa de um mundo melhor que não se realizou, levaram segmentos da intelectualidade à necessidade de aprofundar a compreensão das dinâmicas do capitalismo contemporâneo sob o prisma das relações de gênero, classe e raça. Análises sobre as relações entre exploração capitalista e opressões têm de fato conhecido certa revigoração desde o início do século (ARRUZZA, BATTACHARYA, FRASER, 2019). A (re)descoberta no Brasil de pensadores da tradição marxiana que procuraram pensar os “subalternos” – termo, ele mesmo, de inspiração gramsciana – na sua relação com a sociabilidade capitalista, é manifesta dessa renovação. É o caso, entre outros, de pensadores como Silvia Federici, Angela Davis, Lise Vogel, Mario Meli, Sherry Wolf, Eleanor Leacock, Eric Williams, cuja produção data majoritariamente do século passado e tem conhecido uma nova recepção no país.

Dentro dessas (re)publicações, os estudiosos procuraram entender a reconfiguração das relações de gênero sob os quinhentos anos de imposição da ordem capitalista. Pelo menos quatro contribuições podem ser identificadas. Podemos mencionar os estudos interessados em entender como o processo acumulação capitalista reconfigurou nos países centrais as relações de gênero acirrando a dominação masculina e empurrando as relações

de gênero na família nuclear heteronormativa e generalizando seu modelo. Podemos ainda lembrar seu aporte ao colocar em evidência como esse mesmo processo de acumulação foi mediado historicamente, nas colônias e nos processos de escravização, por uma racialização da sexualidade e uma normatização do gênero, impostos via uma extrema coerção sobre os corpos, como foi e é o caso das esterilizações forçadas. Também já se mostrou como o reino do capital se conectou de forma intrínseca, mesmo que diversa, à crescente ingerência nos corpos femininos por parte do Estado, seja negando seu direito à reprodução da vida ou impondo essa reprodução como um destino.

Ainda nessa perspectiva, diversos estudos vêm insistindo na necessidade de superar um olhar unilateral sobre os feminismos revolucionários da modernidade, olhar que contribuiu para o silenciamento de suas atrizes e de suas múltiplas conquistas ao longo da história da modernidade (BONNET, 2016; GHODSEE, 2022). O artigo “Pare de excluir as mulheres comunistas da história” (GRABOWSKA, 2020) é um exemplo emblemático dessa necessidade contemporânea diante do silenciamento historiográfico posto sobre os feminismos do “segundo mundo”, hoje amplamente invisibilizados. Outros estudos têm, por sua vez, colocado em evidência os processos de capitalização da sexualidade a serviço do desenvolvimento de certos setores da economia capitalista, como foi o caso do turismo brasileiro no século XX (BOSCATTI, 2021).

FEMONACIONALISMO E FEMOCOLONIALISMO: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS LUTAS FEMINISTAS PELO CAPITAL

As relações entre a emancipação das mulheres e o “capitalismo” foram historicamente, de acordo com os eixos acima citados, longe de tomar o aspecto de um “casamento feliz”. Como entender, portanto, que no meio século passado certas lutas e pautas feministas foram apropriadas e redefinidas nos marcos da sociabilidade capitalista? O modo de vida capitalista teria ele se tornado um projeto feminista, que trabalharia para a realização efetiva da igualdade de gênero? Como explicar, neste caso, as crescentes e renovadas desigualdades de gênero no mundo contemporâneo? Para esclarecer essas

perguntas, é preciso entender de forma concreta em que sentido e de que maneiras essas mobilizações procedem a uma apropriação de certas pautas políticas do feminismo. Para isso, recorreremos, neste artigo, à exploração de algumas de suas manifestações, que vêm sendo qualificadas nos últimos anos sob o nome de “femonacionalismo” (FARRIS, 2023) e de “femocolonialismo” (DORLIN, 2017). Ambos os termos surgiram após 2015 na Europa, para caracterizar uma forma de instrumentalização de certas reivindicações feministas, por parte de programas neoliberais e “dos elementos mais reacionários do grande capital” (NEVES, 2022, p. 39), isto é, setores da extrema-direita. Os termos insistem também na participação de certos setores e atores do feminismo dito “liberal” nesses processos. Se esses dois termos foram formulados por pesquisadoras diferentes, entendemos na nossa análise que eles qualificam partes desse mesmo processo, o primeiro remetendo as políticas de gênero instauradas nos países do “Norte”, e o segundo insistindo sobre as políticas de gênero praticadas da periferia do capital.

A primeira noção, “femocolonialismo”, foi apresentada pela pesquisadora Sara Farris no seu livro *Em nome dos direitos das mulheres*, originalmente publicado em inglês em 2016. No seu trabalho, a autora procurou entender a apropriação contemporânea de um discurso feminista por parte de grupos políticos europeus ultraliberais e de extrema-direita – principalmente na França, Itália e Holanda –, historicamente opostos aos avanços feministas e que hoje em dia promovem certos valores “feministas” com uma finalidade comum: a legitimação da discriminação das populações trabalhadoras não europeias no território europeu. Nascido da contração de “feminismo” e “nacionalismo”, o femonacionalismo, de acordo com a autora:

se refere tanto à exploração das temáticas feministas por parte de nacionalista e neoliberais em suas campanhas contra o Islã (mas também, como o exponho mais adiante, contra a imigração), como à participação de certas feministas e femocratas na estigmatização dos homens muçulmanos sob a bandeira da igualdade de gênero” (FARRIS, 2023, p. 26, Tradução nossa).

De fato, durante as duas últimas décadas, esses espaços passaram a integrar também uma retórica da “democracia sexual” nos seus discursos, provocando um deslocamento em relação à ideologia ideal burguesa da feminidade promovida nos séculos XIX e XX e ao nacionalismo de extrema-direita tradicional, que capitalizava na sua forma europeia clássica sobre a família tradicional, as mulheres no lar e o “eterno feminino” (MUEL-DREYFUS, 1996). No entanto, a definição posta por Sara Farris convida a não tomar por abstrato esses discursos, mas a considerá-los na sua historicidade e no seu confronto com práticas políticas concretas. Esses mesmos projetos políticos se chocam de fato com a possibilidade concreta de emancipação de todas as mulheres, promovendo, pelo contrário, o estímulo do racismo contra os e as trabalhadoras migrantes, não europeias e não ocidentais, com ênfase particular nas trabalhadoras muçulmanas imigrantes ou descendentes da África e da Orienta Média. A autora estudou como, desde os anos 2000, a reconfiguração da política da União Europeia vem sendo travessada por metamorfoses dos seus processos de “integração cívica”. Dela decorre o direito à “cidadania” e um conjunto de direitos essenciais, dentre os quais o acesso à moradia, à saúde, à educação e empregos estáveis – um trabalhador não europeu não pode, por exemplo, se tornar servidor público exceto casos muito específicos. Ela analisou como uma retórica feminista passou a fazer parte integrante de mecanismos estatais que visam dificultar esse acesso, e mostrou como esse processo se encontrou redesenhado para não ser definido mais como um direito, como era o caso ainda nos anos 1990, mas como um dever do cidadão não-europeu de comprovar seu grau de “civilização”, critério que condiciona hoje em dia seu acesso à cidadania.

Esse grau civilizatório se encontra, por sua vez, medido através do teste de valores “feministas” dos candidatos a essa integração, confrontados com testes de opinião sobre temas tais como a homossexualidade, a igualdade de salário entre homens e mulheres, a gravidez fora do casamento. O recuso a esses valores durante os testes permitiria medir o grau de “atraso” das populações migrantes “bárbaras”, principalmente muçulmanas, cujos modos de vida seriam incompatíveis com a civilização, o que justificaria o não acesso à

cidadania bem como as políticas discriminatórias contra elas. De acordo com Farris, o estatuto de “bárbaro” seria revelado através do desvelamento de suas posturas antifeministas. Os testes pressupõem, da mesma forma, que todos os cidadãos nascidos na Europa compartilhariam necessariamente os ideais da democracia sexual sem contradição alguma, pelo simples fato de terem nascido no continente. Essa inadequação pressuposta permite, no plano político, legitimar um conjunto de políticas discriminatórias, a violência estatal, a estigmatização das populações trabalhadoras migrantes e muçulmanas, apresentando essas violências como necessárias tanto ao processo de “civilização” dessas populações, quanto à garantia da segurança das populações europeias diante de sua presença.

O conceito de “homonacionalismo”, forjado no início dos anos 2000 e com o qual Sara Farris dialoga, já vinha, por sua vez, qualificando a incorporação de pautas pela igualdade de gênero dos movimentos LGBT a projetos neoliberais visando discriminar as populações trabalhadoras muçulmanas. Sua autora, Jasbir Puar, definiu de fato o “homonacionalismo” como “a emergência de uma homossexualidade nacional (...) que coincide com a saída do armário da excepcionalidade do Império americano” (PUAR, 2007, p. 42, tradução nossa). A intelectual examinou como políticas neoliberais, imbricadas com a ideologia nacionalista norte-americana, incorporaram ao longo dos anos 1960 e 1970 certas vitórias das populações LGBT e pautas feministas, que passaram a ser integradas nas comunidades nacionais para promover uma rejeição das populações muçulmanas. Em ambos os casos do “homonacionalismo” e do “femonacionalismo”, trata-se de diferenciar e hierarquizar os membros de uma nação para excluir da cidadania e do estatuto de “ser humano” uma parcela. Caso emblemático desse uso se manifestou ainda no início do século XXI, na invasão do Iraque em 2003 pelos Estados-Unidos, apresentada como promessa de salvação das mulheres não ocidentais muçulmanas da região da violência presumida dos seus maridos. Como o lembra o pesquisador Eric Fassin, essa guerra constituiu um verdadeiro marco na imbricação das relações entre gênero, raça e capitalismo, que passou a

condicionar a civilização e o estatuto de cidadã a um “imperialismo da democracia sexual” (FASSIN, 2012) instrumentalizado para promover guerras e expropriações.

Distorções importantes estão presentes nessas retóricas. Dentre elas, destacamos que o “femonacionalismo” como o “homonacionalismo” pressupõem que a violência e desigualdades de gênero dos países ocidentais “centrais” do capital foi erradicada, transformando uma questão estrutural, longe de ser resolvida, em um fenômeno residual. Do mesmo modo, quando estatísticas apontam para uma queda parcial das desigualdades de gênero em certos desses países – que nunca chegaram perto do seu desaparecimento –, o “femonacionalismo” apresenta como causalidade uma explicação naturalisante dos países do “norte”, que seriam, por essência mais civilizados, isto é, nesse contexto particular, mais “feministas”. Tal pressuposto se imbrica a um revisionismo historiográfico que não resiste as diversas análises históricas existentes sobre o assunto. Esse recurso esconde, ainda, que muitos desses avanços decorreram antes de mais nada de lutas sociais, silenciando diretamente suas atrizes e seus atores. Podemos destacar, ainda, que o “femonacionalismo” trata as formações sociais nacionais como independentes umas das outras, invizibilizando as dinâmicas de interligação do capitalismo mundial, bem como o papel dos processos coloniais e neocoloniais nas migrações.

É nesse aspecto particular que a noção de “femocolonialismo” encontra também sua pertinência. O termo foi usado pela filósofa Elsa Dorlin em 2017 (DORLIN, 2017). Apesar da intelectual não o ter sistematizado, ela o usou para qualificar uma recém postura do Estado francês com a África, que, renovando acordos econômicos desiguais entre a nação francesa e certas nações africanas, se disse, além de tudo, preocupado com a violência patriarcal vivida pelas mulheres africanas e comprometido com sua libertação. A filósofa apontou para o caráter paternalista desse discurso de salvação com finalidade, como ela o sublinha, de promover novas políticas imperialistas e expropriações no continente. Podemos definir, portanto, o femocolonialismo como uma ideologia ligada à dinâmica imperialista visando a racialização do sexismo, atribuindo implicitamente aos homens não-europeus

características patriarcais e violentas contra suas mulheres, comportamentos que justificariam, por sua vez, a ingerência econômica e política nesses países. Trata-se, dessa forma, de uma atualização do que a intelectual Gayatri Spivak identificou como um dos princípios coloniais visando, supostamente, recorrer a “homens brancos para que salvassem as mulheres marrons dos homens marrons” (SPIVAK, 2010). Tal raciocínio pode também se aplicar as tentativas contemporâneas de criminalização do uso do véu muçulmano nos espaços europeus, descritos com atenção por Farris. O véu é entendido, nessa retórica, como símbolo dessa necessidade da salvação das trabalhadoras muçulmanas das suas culturas, famílias de origem, bem como dos seus pais, companheiros e irmãos. Estudiosos mostraram o quanto essa prática se alimenta de uma cultura colonial, remetendo as “festas de desvelamento” praticadas na Argélia colonial, onde mulheres, muitas vezes esposas de militares franceses, costumavam tirar o véu de trabalhadoras argelinas muçulmanas em praça pública para performar o que seria sua libertação e sua entrada na civilização (MACMASTER, 2009).

É importante destacar, para finalizar, que tanto o “femocolonialismo” quanto o “femonacionalismo” surgiram exatamente em meio à reestruturação do capital dos anos 1980. De acordo com Farris, é precisamente no contexto da progressiva retirada do Estado de espaços públicos, da degradação dos serviços públicos, a privatização da saúde e dos serviços de cuidado, do envelhecimento da população europeia, bem como da precarização da população trabalhadora desse continente, que o “femonacionalismo” se configurou. Ele permite justificar e garantir a injeção de uma nova força de trabalho, mais precarizada, nos serviços da reprodução social amplamente descobertos. De fato, as migrações internacionais se intensificaram diante das consequências dessa nova recomposição capitalista que se inaugurou nos anos 1970. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no início do século XXI, um trabalhador da reprodução social sobre cinco é migrante e diz respeito principalmente mulheres. Da mesma forma, estudos sobre a reestruturação dos trabalhos da reprodução social no processo da mundialização, com migrações intensas de

trabalhadoras do “sul global” para o “norte global”, vêm colocando em evidência o novo processo de racialização desses trabalhos (YOUNG, 2001; CHANG, 2016), bem como sua remodelagem à escala global dando nascimento a “cadeias globais de cuidado” (FRASER, 2020, p. 280). Portanto, cabe destacar que o surgimento da ideologia do “femonacionalismo” é concomitante da implementação de políticas de promoção dos empregos para as mulheres migrantes, o mercado sendo apresentado a elas como caminho único sua libertação.

Essa “libertação” se encontra, na prática, forçada por diretivas estatais precisas. Farris lembra, como exemplo característico, da criação em 2007 de programas de integração administrados pelos Estados Europeus. Esses programas se apresentam como espaços de promoção da libertação das mulheres migrantes através da atribuição de um trabalho, ao qual é diretamente condicionado seu direito de ficar no território. Na prática, esses espaços são encarregados de conduzir uma política visando atribuir automaticamente trabalhos específicos de reprodução social às mulheres migrantes, não importando sua profissão, seu nível de diploma de origem e ainda menos o seu desejo. Ampla maioria se encontra orientada, por lei, a trabalhar como trabalhadora doméstica, faxineira, cuidadora de idosos e crianças. Vale destacar que esses empregos são extremamente precarizados, muitas vezes compõem o mercado de trabalho informal, são socialmente desvalorizados e carregam alta estigmatização social. As trabalhadoras migrantes não somente constituem uma nova força de trabalho que compense a retirada de direitos e dos serviços públicos, como são também menos bem remuneradas que trabalhadores europeus, quando não se trata de trabalho dito “voluntário”, necessário à obtenção de vistos. Além disso, tais procedimentos obrigam, de forma paradoxal já que em nome de uma libertação feminista, essas trabalhadoras a ocupar os “trabalhos tradicionalmente concebidos como vocacionalmente femininos e contra os quais o movimento feminista da Europa Ocidental travou batalhas históricas” (FARRIS, 2023, p. 189). Essas trabalhadoras são forçadas, para serem inteiramente integradas à lógica do capital, a se afastar de suas culturas e seus laços de origem, ocupando os trabalhos de

reprodução social que historicamente foram apontados pelos movimentos feministas como degradantes.

NEUTRALIZAR AS RESISTÊNCIAS: REPENSAR A RELAÇÃO MERCADO, ESTADO E MOVIMENTOS FEMINISTAS

Se a instrumentalização de certas pautas feministas está em curso no “femonacionalismo” e no “femocolonialismo”, resta entender com tal instrumentalização se tornou possível, isto quer dizer, levantar quais foram as condições que permitiram que essa instrumentalização se materializasse e ganhasse tanta força. As razões do aparecimento desse fenômeno certamente precisam ser conectadas com uma dimensão manipulatória: ao perceber que a “democracia sexual” se tornou um princípio norteador da democracia, foi de bom tom integrar essa retórica à ideologia dominante. Apresentar interesses particulares, de exploração e dominação como sendo universais não é novo na história das relações capitalistas e de sua produção ideológica para justificar as desigualdades. Da mesma forma, fato desse novo estágio do capitalismo ser caracterizado por sua “hipocrisia deliberada” (IASI, 2009) contribui seguramente para explicar como setores que nunca lutaram pela libertação das mulheres e são opositores históricos aos movimentos feministas – como é o caso historicamente dos partidos de extrema-direita europeus – ousam reivindicar certas de suas pautas. Do mesmo modo, podemos apontar que tal grau de instrumentalização só pode se realizar com o apoio de um “revisionismo histórico” (MELO, 2014) num estágio já avançado, marcado pela reinterpretação de eventos históricos fundamentais – por exemplo: a Revolução Francesa; as revoluções socialistas; os fascismos; o Holocausto.

Podemos acrescentar que o “feminismo hegemônico” constitui uma forma apurada de feminismo, incorporado e reconhecido legítimo pelos Estados capitalistas e erguido como o único “feminismo” possível. Mais exatamente, o “feminismo hegemônico”, do qual o “femonacionalismo” e o “femocolonialismo” são, ao nosso entender, manifestações, parte de uma concepção extremamente restrita, recortada e teleológica da libertação das mulheres e dos feminismos. Nessa perspectiva, a emancipação das mulheres só pode de fato

ser realizada através da sua inserção no mercado, não importando as condições concretas dessa inserção, seja ela, precária, racista, misógina e desconsiderando plenamente a esfera da reprodução social, isto é, da reprodução da vida. É importante ressaltar que as lutas por parte de certos segmentos feministas das classes trabalhadoras pelo mundo para conquistar o direito ao trabalho se deram num contexto socio-histórico e em condições particulares, não sendo possível sua universalização a priori sem correr o risco de uma interpretação troncada, seletiva e deshistoricizada dessas lutas (DAVIS, 2016). Quantia de mulheres nos regimes capitalistas foram de fato relegadas à esfera da reprodução social e lutaram para ter acesso ao direito ao trabalho como forma de ganhar sua independência material. Mas essa experiência não foi a única configuração existente e os projetos feministas tampouco se limitaram a essa possibilidade de intervenção. Podemos lembrar nesse sentido que, se a deterioração dos antigos laços patriarcais pela proletarização do trabalho pôde ter sido vista positivamente por importantes movimentos feministas socialistas nos séculos XIX, a transformação em indivíduos vendedores de sua força de trabalho no mercado foi e continua sendo entendida, nessa tradição, como um fenômeno carregado de intensas contradições que não pode constituir um projeto feminista em si. De acordo com uma das suas figuras representativas, Alexandra Kollontaj, em nenhum momento o mercado pode por si só ser sinônimo de projeto de emancipação, na medida em que se trata de uma forma de exploração e que o imperativo da valorização do valor do seu sistema é intrinsecamente incompatível com a emancipação feminista. A emancipação das mulheres, por sua vez, é concebida como sendo interligada à capacidade da luta social em superar a condição proletária e criar uma nova sociabilidade capaz de superar as relações patriarcais (BONNET, MOREIRA, PRATES, 2023).

Além disso, uma das forças do pensamento feminista reside na sua abertura em submeter à avaliação as diversas experiências de feminismos, e não a considera-las por si só como vitórias. Silvia Federici, ao refletir sobre o esvaziamento do caráter radical de várias lutas feministas a partir da década de 1980, evidenciou o fenômeno de neutralização dessas

lutas, redesenhadas para serem justamente incorporadas à lógica do capital para se adequar a ele. A intelectual lembrou da importância particular da agência “ONU mulheres” no processo de consolidação do “feminismo hegemônico”, que, de acordo com sua análise, visibilizou a desigualdade de gênero mas “despolitizou os movimentos de mulheres, debilitando a preciosa autonomia de outrora e contribuindo para desarticular as mulheres frente à expansão das relações capitalistas” (FEDERICI, 2019, p. 238). Naquela década, de acordo com a análise da intelectual, a ONU se autodeclarou como O único e verdadeiro órgão internacional “encarregado da despatriarcalização” (FEDERICI, 2019, 238) do mundo. Em algumas décadas, essa instância se consolidou de tal forma que possui, hoje, ramificações internacionais, organiza e legisla milhares de espaços de atuação. Se, com essa organização, a desigualdade de gênero passou a ser de fato abraçada como uma questão política, Federici chama a atenção pela restrição do entendimento do problema, entendido prioritariamente como sendo infligido pelos homens no âmbito individual, e não mais como um fenômeno estrutural interligado à exploração capitalista e ao modelo de reprodução social que decorre de sua organização. Ao mesmo tempo e paradoxalmente, estudos sobre o mesmo assunto indicam que a “ONU mulheres” se desenvolveu a medida que seus principais interlocutores, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) criavam novas políticas que empobreciam as mulheres através de novas expropriações ao redor do mundo e estimulando a dívida, de tal forma que, hoje em dia, 73% da clientela dos microcréditos que essas instâncias desenvolveram são mulheres (VERGES, 2021, p. 57). A medida que essas instâncias incorporaram uma retórica de “empoderamento” individual, cresceram sua dependência e a degradação de suas vidas (CARVALHO, 2019).

A implementação dessa concepção não passou somente por essas agências credenciadas, mas também por suas repercussões em inúmeros movimentos sociais de base popular, partidos políticos e políticas sociais e estatais. Por isso, apontamentos, junto com Neves (2022), para a necessidade de refletir também sobre as contradições necessariamente postas na promoção de políticas sociais – como as políticas de gênero – como principal eixo

de mudança social no âmbito da sociedade capitalista, sem horizonte de superação da sociabilidade vigente, o que Virginia Fontes chama de “política institucional como horizonte insuperável” (FONTES, 2006, 342). Neves lembra que o Estado precisa, ele também, ser atentamente estudado na hora de discutir as origens e os mecanismos permitindo a instrumentalização de pautas de lutas sociais por setores que historicamente lutaram contra elas. O intelectual sublinha, nesse sentido, que a relação entre Estado e capital é longe de ser neutra, na medida em que a história da consolidação do capitalismo é indissociável da história da consolidação do Estado. Ele destaca, ainda, a complexidade da absorção das reivindicações sociais, sejam elas de natureza sociais, raciais ou feministas, por parte do Estado, dentre do qual elas “tendem a ser desenhadas para garantir que a mesma intervenção atenda, simultaneamente, a demandas das classes trabalhadoras em luta e aos interesses do grande capital” (NEVES, 2022, p. 145).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado, na medida em que tem historicamente como objetivo assegurar “politicamente a possibilidade de apropriação privada do excedente económico socialmente produzido” (Ibid. p. 147), incorpora essas diversas reivindicações com objetivo de manter esse estatuto e neutralizar as críticas, o que implica numa remodelagem significativa do conteúdo das lutas que se chocam contra essa ordem estabelecida. Tal análise significa que é preciso também conectar as instrumentalizações de certas pautas feministas descritas nesse artigo à necessidade do Estado de reconfigurar essas demandas e poder integrá-las. Mas isso significa também que o reconhecimento das reivindicações sociais por parte do Estado constitui um elemento central que permite também remodelar o significado dessas mesmas reivindicações. De acordo com o autor, o “caráter permeável” (NEVES, 2022) do Estado às lutas sociais precisa, nesse sentido, ser entendido como uma das condições necessárias à evacuação da radicalidade dessas lutas. Essa remodelagem, por sua vez, deve ser colocada em relação com as possibilidades de revisionismo histórico das lutas feministas

em curso e o abandono, por parte de importantes setores feministas, da crítica ao sistema capitalista vigente.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, C. Bhattacharya, T. FRASER, N. Um feminismo para os 99%. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BALLESTRIN, L. Feminismos subalternos. **Revista Estudos Feministas**. v. 25, nº3, 2017, p. 1035-1054.

BONNET, A. Feminismo, política, transformação social. História das mulheres e luta sindical na França dos anos 1960-1970. **Crítica e sociedade: revista de cultura política**, v. 5, p. 1-27, 2016.

BONNET, A. O feminismo marxista tem uma história? Breve estudo do caso francês. Danilo Enrico Martuscelli (Org.). **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. Chapeco: Marxismo 21, 2020, p. 23-36.

BONNET, A; MOREIRA, R. C. ; PRATES, M. . **Kollontai e a revolução: escritos sobre amor e luta**. São Paulo: Expressão Popular, 2023 .

BOSCATTI, A. P. Bunda um signo interpretativo de nova brasilidade nos anos 70 e 80 no Brasil. **Latin American and Latinx Visual Culture**, Vol. 3, nº3, p. 38–57.

BOSCATTI, A. P. Bunda um signo interpretativo de nova brasilidade nos anos 70 e 80 no Brasil. **Latin American and Latinx Visual Culture**, Vol. 3, nº3, p. 38–57.

BUTLER, J. Why is the idea of ‘gender’ provoking backlash the world over? **The Guardian**. 2021.

CARVALHO, I. O fetiche do “empoderamento”: do conceito ideológico ao projeto econômico-político. In: MONTAÑO, C. (org.) **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 144-185.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

CHANG, G. **Disposable domestics. Immigrant women workers in the global economy**. Chicago: Haymarket Books. 2016.

DORLIN, E. Macron Les femmes et l’Afrique: um discours de sélection sexuel et de triage colonial. **Le Monde**, 20 de novembro de 2017.

EISENSTEIN, H. **Feminism Seduced: How global elite use woman’s labor and ideas to explore the world**. Boulder, CO: Paradigm Publishers, 2009.

FASSIN, E. La democracia sexual y el choque de las civilizaciones. **Mora**, 2012, (18), p. 5-10.

FARRIS, S. Femonacionalismo, neoliberalismo y reproducción social. In **En nombre de los derechos de la mujeres. El auge del femonacionalismo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2023.

FONTES, V. Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica. OSAL, **Obervatório Social de america Latina**, ano VI, nº19, 2006.

FRASER, N. Como o feminismo se tornou a empregada do capitalismo – e como resgatá-lo. **IELA**, Florianópolis, 15 fev. 2017.

FRASER, N. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia**, v. 27, n. 53, 2020 p. 261-288.

FEDERICI, S. Rumo a Pequim: como a ONU colonizou o movimento feminista. **O ponto zero da revolução**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GRABOWSKA, M. Stop Writing Communist Women Out of History. **Jacobin**. 20/08/2020.

IASI, M. **A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada**. Revista Praia Vermelha, v. 19, nº 1, 2009, p. 25-41.

KEATING, C. RASMUSSEN, C. RISHI, P. The Rationality of Empowerment: Microcredit, Accumulation by Dispossession, and the Gendered Economy. **Signs**. Vol. 36, 1, 2010, p. 153-176.

MAC MASTER, N. **Bruning the veil: the algerian war and the “emancipation” of muslim women, 1954-1962**. Manchester: Manchester University Press, 2009.

MARTINS, C. Movimentos sociais e Luta de classes. Crítica às teorias dos “novos movimentos sociais” e dos “movimentos socioterritoriais”, in Montañó, Carlos (Org.), **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.

MELO, D. **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MUEL-DREYFUS, F. **Vichy et l'éternel féminin. Contribution à une sociologie politique de l'ordre des corps**. Paris: Broché, 1996.

NEVES, V. As metamorfoses no fluxo do tempo. In Iasi, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**. São Paulo: Lutas Anticapital, 2023, p. 25-43.

NEVES, V. Crise, economia e política no capitalismo contemporâneo, in Teixeira Garcia, Maria Lúcia e Bernardes, Franciani (orgs.), **Contrarreformas e revolução: respostas ao capitalismo em crise**. São Paulo: Cortez Editora, 2022, p. 137-158.

NEVES, V.; IASI, M.; MANSUR, I. **A Estratégia Democrático Popular: um inventário crítico**. São Paulo: Editora Lutas Anticapital, 2019.

PUAR, J. **Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times**. Duke University Press, 2007.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2012, p. 18-44.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VERGES, F. A abordagem civilizatória da proteção das mulheres, In: **Uma Teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu editora. 2021, p. 51-76.

YOUNG, B. The “mistress” and the “maid” in the globalized economy. **Socialist Register**, n. 37, 2001, p. 315-327.